



**PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL
SUSTENTÁVEL – PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES
RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA**

Documento submetido à Consulta Pública ente 01/03/2021 e 30/03/2021.

(JUNHO/2021)

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 2 de 29

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. OBJETIVO	3
3. PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA	4
3.1 ENVOLVIMENTO DOS STAKEHOLDERS.....	5
3.1.1 STAKEHOLDERS SUB-REPRESENTADOS.....	6
3.2 DIVULGAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA.....	7
3.3 PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO.....	7
4. RESULTADO DA CONSULTA PÚBLICA.....	7
4.1 RESUMO DAS CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS	7

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 3 de 29

1. INTRODUÇÃO

Assegurar a conectividade entre os ambientes e a integridade ecológica em larga escala é fundamental para a manutenção da economia, dos meios de produção, dos sistemas bióticos e abióticos e, portanto, da sociedade. Trata-se de um conjunto de ações que ultrapassam a capacidade de atuação individual ou organizacional.

A aplicação de uma norma – que permita uma análise abrangente e desperte oportunidades para a convergência de ações eficientes e sustentáveis – torna-se uma ferramenta para o gerenciamento de amplas áreas, ou seja, de um território.

Através da realização de estudo de *benchmarking*, constatou-se a inexistência de um sistema de gestão e certificação completo e sistematizado que englobasse todo o conceito de gestão territorial e todas as dimensões da sustentabilidade.

Assim sendo, o Padrão Internacional de Gestão Territorial Sustentável (PGTS) tem o objetivo de estabelecer regras através de princípios, critérios e indicadores, baseados nas esferas social, econômica, ambiental e cultural, para que atores públicos e/ou privados que influenciam em áreas urbanas e/ou rurais, de qualquer país, possam adequar e convergir sua atuação promovendo conjuntamente a sustentabilidade, sob a ótica territorial.

O processo de construção do PGTS teve início em agosto de 2018, através do convênio estabelecido entre Instituto LIFE, Itaipu Binacional e Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI), sob coordenação geral técnica do Instituto LIFE.

2. OBJETIVO

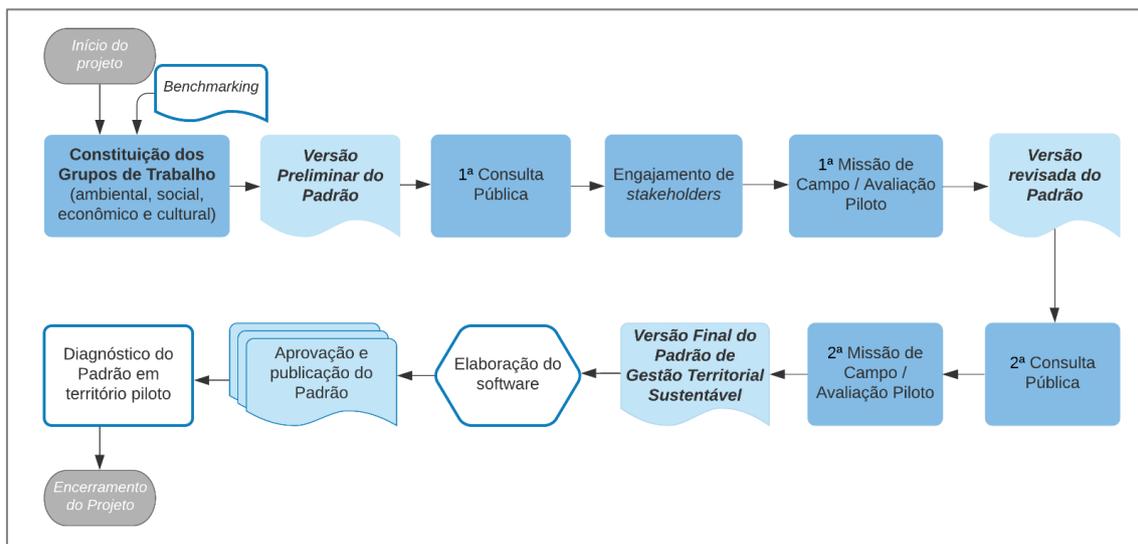
Este Relatório tem como objetivo apresentar os resultados da 2ª Rodada da Consulta Pública do Padrão Internacional de Gestão Territorial Sustentável – Princípios, Critérios e indicadores (Draft 02-0), disponível entre 01/03/2021 e 30/03/2021, bem como as atividades inerentes a este processo.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 4 de 29

3. PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA

O desenvolvimento do Padrão Internacional de Gestão Territorial Sustentável envolve um conjunto de ações até sua aprovação final e publicação, como pode ser observado na Figura 01.

Figura 01 – Fluxograma do Processo de Desenvolvimento do Padrão



A 2ª Rodada da Consulta Pública visou promover aos *stakeholders*, assim como ao público em geral, a oportunidade de contribuição no desenvolvimento do Padrão Internacional de Gestão Territorial Sustentável.

O processo de consulta ocorreu entre 01/03/2021 e 30/03/2021, através do *website* do Instituto LIFE, durante 30 dias. Para isso, foi disponibilizado um formulário de participação *online*, via ferramenta *QuestionPro*, juntamente com o Padrão (Draft 02-0), com livre acesso a qualquer parte interessada.

A consulta foi direcionada para avaliação dos indicadores do Padrão, sendo abordada no formulário através da opção de alteração ou eliminação de indicadores, mediante sugestão de novo texto e justificativa, respectivamente, bem como oportunizou ao participante a proposição de novo indicador. Ao final do formulário foi disponibilizando campo para preenchimento de observações gerais sobre o Padrão.

Complementarmente, foram realizadas duas Missões de Campo. A primeira ocorreu de setembro a outubro de 2020 e a segunda entre fevereiro e março de 2021. Foram realizadas entrevistas com

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 5 de 29

stakeholders, através de perguntas previamente definidas pela equipe técnica desenvolvedora do Padrão. A Missão de Campo I foi conduzida dentro da temática dos Grupos de Trabalho (ambiental, social, cultural e econômico), abordando os Princípios do Padrão relacionados a cada tema. A Missão de Campo II oportunizou aos entrevistados declararem suas percepções gerais sobre o Padrão.

3.1 ENVOLVIMENTO DOS STAKEHOLDERS

Visando a participação do maior número de partes interessadas na construção do Padrão Internacional de Gestão Territorial Sustentável foram identificados e selecionados *stakeholders* com interface com as temáticas do Padrão (Quadro 01).

Quadro 01 – Identificação de *stakeholders*

Grupos de <i>Stakeholders</i> identificados	
Organizações Não Governamentais	<ul style="list-style-type: none"> • Atuação na área de interesse do Padrão em desenvolvimento; • Atuação em nível nacional e/ou internacional; • Experiência com diferentes temáticas envolvidas no Padrão; • Desenvolvimento de projetos relacionados ao tema central do Padrão; • Atuação nas esferas ambiental, social, econômica, de acordo com a aplicação do Padrão.
Sociedade Civil	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas físicas e/ou representantes de associações e comunidades; • Produtores rurais interessados na temática do Padrão ou que apoiam iniciativas relacionadas ao tema.
Empresas Privadas	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas de grande, médio e pequeno portes que realizam ou apoiam iniciativas relacionada aos temas abordados pelo Padrão; • Empresas dos setores primário, secundário e terciário atingidas positiva ou negativamente pelo novo Padrão.
Órgãos Governamentais	<ul style="list-style-type: none"> • Órgãos que atuam nas áreas de interesse do Padrão; • Órgãos que atuam diretamente com outras partes interessadas.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 6 de 29

Academia	<ul style="list-style-type: none"> Centros de pesquisa, ensino e extensão que atuam com os temas envolvidos no desenvolvimento do Padrão; Centros de pesquisa e ensino que atuam nas esferas ambiental, social e econômicas, de acordo com os temas do Padrão.
Organismos normalizadores e Organismos Certificadores	<ul style="list-style-type: none"> Sistemas de Gestão e Certificação com interesse no tema do Padrão.

Estes stakeholders foram convidados a participar do processo de consulta através de e-mails, webinars de divulgação, publicações em redes sociais e contatos diretos por telefone e em reuniões diversas.

3.1.1 Stakeholders sub-representados

As partes interessadas identificadas com maior dificuldade de acesso aos formulários *online* de consulta e comunicação via internet estão apresentadas no Quadro 02.

A fim de integrar esses stakeholders, foram conduzidas Missões de Campo, sendo a primeira realizada de setembro a outubro de 2020 e a segunda entre fevereiro e março de 2021, através de entrevistas.

Quadro 02 – Stakeholders sub-representados

Stakeholders identificados e sub-representados	
Sociedade Civil	<ul style="list-style-type: none"> Pessoas físicas e/ou representantes de associações e comunidades; Produtores rurais/ cooperativas.
Órgãos Governamentais	<ul style="list-style-type: none"> Órgãos que atuam nas áreas de interesse do Padrão; Órgãos que atuam diretamente com outras partes interessadas.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 7 de 29

3.2 DIVULGAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA

A divulgação da 2ª Rodada da Consulta Pública foi realizada através do *website* e redes sociais do Instituto LIFE, *websites* de instituições parceiras, e-mails, webinar e outras ferramentas.

Para garantir uma participação efetiva dos *stakeholders* foram enviados correios eletrônicos direcionados, realizados *workshops*, webinars e reuniões.

3.3 PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

A Coordenação Geral do Instituto LIFE é o responsável pela condução de todas as etapas do processo de elaboração do Padrão Internacional de Gestão Territorial Sustentável. O processo de tomada de decisão segue as diretrizes do procedimento de Elaboração e Revisão de Documentos Normativos do Instituto LIFE.

Após o encerramento da consulta pública, bem como das Missões de Campo I e II, as contribuições foram avaliadas pelos Líderes Temáticos/Consultores, e revisadas pela Coordenação Geral do Instituto LIFE, para incorporação na versão final do Padrão. Na sequência, o documento finalizado do Padrão foi encaminhado para o Comitê Científico e Comitê Técnico Permanente para validação. Após esta etapa, o documento seguirá para aprovação final do Conselho Diretor.

Em caso de recursos e reclamações das partes interessadas, as reivindicações devem ser enviadas através do e-mail contato@institutolife.org.

4. RESULTADO DA CONSULTA PÚBLICA

4.1 RESUMO DAS CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

As contribuições recebidas foram compiladas, analisadas, adaptadas e/ou desconsideradas, conforme alinhamento com o propósito do Padrão.

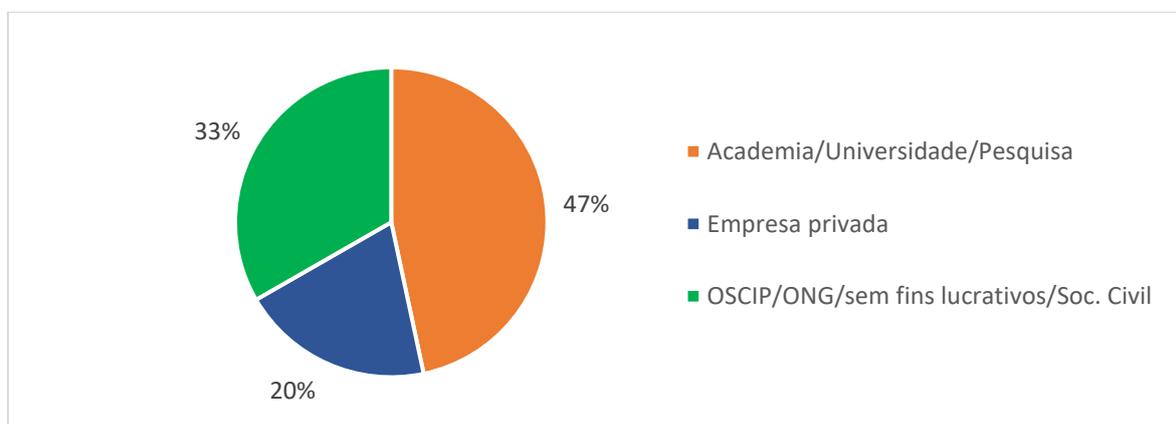
A avaliação inicial de cada comentário foi realizada pelos líderes temáticos do desenvolvimento do Padrão, sob supervisão da Coordenação Geral do Instituto LIFE.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 8 de 29

Durante a Consulta Pública foram recebidos **212 comentários, provenientes de 15 instituições e de 06 países** (Brasil, Itália, Reino Unido, Portugal, Argentina e França), o que mostra um grande interesse e demanda da sociedade por um Padrão como este.

As instituições participantes foram classificadas em grupos de stakeholders, conforme apresentado no Gráfico 01. Observou-se maior representatividade do setor da Academia/Universidade/ Pesquisa (47%), seguida de OSCIP/ONG/Sem fins lucrativos/Sociedade Civil (33%). Por outro lado, o setor empresarial foi o que demonstrou o menor envolvimento (20%).

Gráfico 01 – Grupos de Stakeholders participantes da 2ª Consulta Pública (%)



O Padrão submetido à Consulta Pública (Draft-02-0) contemplou os eixos temáticos ambiental, econômico, cultural e social, através de indicadores distribuídos em 8 Princípios. Ao total, foram recebidos 212 comentários (Quadro 03).

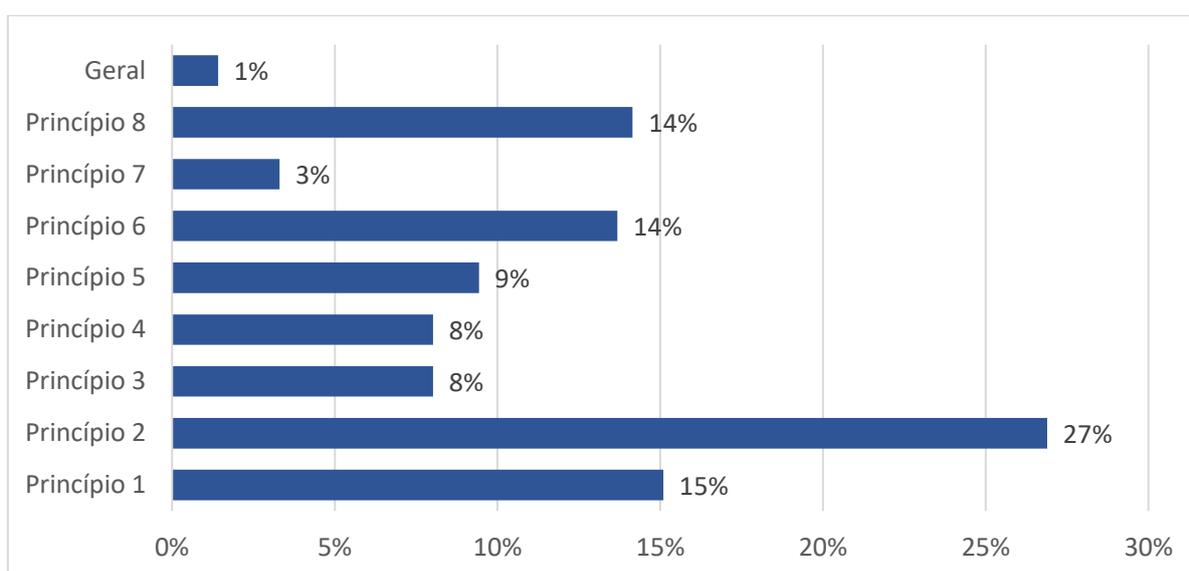
Quadro 03 – Contribuições recebidas por Princípio (número absoluto)

Princípio	Nº comentários
Princípio 1	32
Princípio 2	57
Princípio 3	17
Princípio 4	17
Princípio 5	20
Princípio 6	29
Princípio 7	7
Princípio 8	30
Comentário Geral sobre o Padrão	2
Soma	212

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 9 de 29

Conforme mostra o Gráfico 02, observou-se maior manifestação dos participantes no Princípio 2, com 27% dos comentários. O Princípio 1 e o Princípio 6 apresentaram percentual similar de participação, sendo 15% e 14%, respectivamente. Já o Princípio 7 recebeu 3% do total de comentários.

Gráfico 02 – Contribuições recebidas por Princípio (%)



Os comentários recebidos podem ser verificados na íntegra no Quadro 04, assim como as respectivas tratativas. Por questão de confidencialidade, os nomes dos contribuintes foram omitidos. O presente relatório foi enviado para todos os participantes, por e-mail.

A versão final do Padrão, considerando as contribuições da 2ª rodada da Consulta Pública, será disponibilizada no *website* do Instituto LIFE.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 10 de 29

Quadro 04 – Comentários recebidos e tratativas

Princípio	Código	Tipo de comentário	Comentários recebidos	Devolutiva
Observações gerais	Observações gerais	Observações gerais	<p>Eu preferi não avaliar conteúdo de nenhum princípio em específico por algumas razões:</p> <p>1 - Assim como foi mencionado na avaliação do primeiro draft, eu continuo entendendo que o Padrão (ou o presente documento – Draft 2) necessita de delineamentos que esclareçam as definições e/ou conceitos com os quais trabalha e para qual finalidade a proposição da Padrão é constituída. O que se entende por padrão, por internacional, por gestão territorial, por sustentável e por estes elementos combinados? Ademais, a definição da FAO (1983) apresentada no início deste formulário de avaliação — e que não consta no documento/Padrão — pode ser obsoleta. Muitas das questões tratadas no documento são muito posteriores a 1983;</p> <p>2 – Eu entendo que o Padrão, sendo feito por uma instituição — o Instituto LIFE — que tem uma missão específica ligada à conservação da biodiversidade, deveria assumir que o documento não visa a tratar de Gestão Territorial e, pelo que se denota da maioria do conjunto dos princípios e critérios, que é o trabalho de gestão dos recursos naturais e/ou serviços ecossistêmicos em um dado espaço/dada região;</p> <p>3 – Se há necessidade de incluir aspectos sociais, isso pode ser feito também com uma especificação (Gestão de Bem-estar Humano e dos Recursos Naturais/Serviços Ecossistêmicos em um Espaço/Região). O que se inviabiliza, no meu entendimento, é juntar os dois e chamar de “território” ou “gestão territorial”. Para unir os dois e chamar de Gestão Territorial precisa de uma definição do que se entende por Território e Gestão Territorial e, além disso, reconhecer que há muitos outros elementos envolvidos em Território.</p>	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 11 de 29

Observações gerais	Observações gerais	Observações gerais	<p>Hello, I would like to thank you for allowing me to participate in the study. As I said previously the standard is very ambitious and in view of the current world can seem a little utopian. I fully share the interest of the proposed criteria but from experience I think it will be difficult to measure everything.</p> <p>I work mainly with the private sector, it is already subject to a lot of reporting and adding one more could possibly discourage it.</p> <p>In addition, how do you envisage the deployment of the standard and the modes of proof to provide for each evaluation criterion.</p> <p>Should we not reduce the number of criteria initially to make steps? I see it a bit like a certification tool and I wonder as a professional how I could support companies and communities to adhere to this standard. Have you planned a test period with the various players in society?</p>	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão. Sim, uma etapa de teste piloto está prevista.
P1	P1.C1.i2	Alteração	Apoiar à Aliança Territorial Regional, quando existente.	O apoio às iniciativas pré-existentes no território está contemplado de modo geral no P1. Não é necessário mencionar uma iniciativa específica, como o caso da "Aliança Territorial Regional".
P1	P1.C1.i3	Alteração	Apoiar grupos de trabalhos e ações na elaboração na definição do zoneamento ecológico e econômico do território, ou instrumento correspondente.	O termo "apoio" já está contemplado no indicador em questão, e o restante do texto no atual formato é mais abrangente englobando participação e/ou elaboração.
P1	P1.C3.i1	Alteração	Apoiar compromissos vinculados às convenções internacionais ratificadas e aderir quando a ação for viável, às agendas, aos pactos e às práticas relativas à promoção do desenvolvimento territorial sustentável.	Quando a adesão a compromissos vinculados às convenções internacionais for ratificada pelo país, há a necessidade de buscar a viabilidade de sua implementação no território.
P1	P1.C2	Inclusão	Este ponto pode ser mantido tanto com a visão mais abrangente que está sendo proposta como por uma limitação mais estrita, voltada focalmente ao tema da conservação da biodiversidade - a qual postulo como alternativa mais factível.	A opção do projeto até o momento foi trabalhar a Gestão Territorial Sustentável de forma abrangente, assim o P1.C2 será mantido no Padrão.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 12 de 29

P1	P1.C3	Inclusão	Aqui já estamos com a visão aberta, abrangente e que destaca o conjunto de atividades ocorrentes num determinado território, na contramão de uma visão pragmática e objetiva destinada a certificar territórios que respeitam premissas básicas e suficientes voltadas à conservação da biodiversidade.	A opção do projeto até o momento foi trabalhar a Gestão Territorial Sustentável de forma abrangente, assim o P1.C3 será mantido no Padrão.
P1	P1.C4	Inclusão	Seguindo a lógica das considerações anteriores, os itens arrolados podem ou não ser estabelecidos de forma aberta e abrangente o de forma focal e objetiva. Reforço a necessidade de uma avaliação para que a segunda hipótese seja considerada mais factível nesse trabalho.	A opção do projeto até o momento foi trabalhar a Gestão Territorial Sustentável de forma abrangente, assim o P1.C4 será mantido no Padrão.
P1	P1.C1	Exclusão	El indicador P1.C1.i3 y P1.C1.i4 deben ser eliminados porque no se refieren al criterios, el que está orientado al diseño de políticas conjuntas y formas de gestión integrales y conjuntas.	Por tratar de "participação dos esforços regionais" no P1.C1, os P1.C1.i3, P1.C1.i4 continuarão nesta versão inicial do Padrão.
P1	P1.C2	Inclusão	No basta con los indicadores anteriores el criterio es incentivar la participación y para ello se debería incluir por ejemplo un indicador como: P1.C2.i3- Identificación de modalidades de participación y mecanismos de promoción. En los 3 indicadores ¿cómo se medirán los indicadores?	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P1	P1.C4.i4	Alteração	Cambiar P1. C4. i4 por Evaluación de la eficacia y eficiencia de la ejecución coordinada de acciones planificadas.	Avaliação, eficácia, eficiência de resultados das ações planejadas são abordadas em P8.C5 e P8.C6.
P1	P1.C1.i1	Exclusão	P1C1i1 if not mandatory best not to include.	Não é mandatória a participação na Aliança Territorial ou a aplicação do Padrão e seus 08 princípios, sendo sua adesão voluntária. Mas, o ator interessado em aplicar o Padrão deverá participar dos esforços regionais da gestão territorial (P1C1) contribuindo com seu desenvolvimento, isto é participar da elaboração, monitoramento e revisões do da Aliança em questão.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 13 de 29

P1	P1.C1.i2	Alteração	P1C1i2 expand to Participate and adhere to and make mandatory	O ator que participar da aplicação do Padrão por escolha, será obrigatório a adesão à Aliança Territorial, quando existente, para garantir a "Responsabilidade Compartilhada" pela gestão territorial regional entre os atores participantes.
P1	P1.C1.i4	Alteração	P1C1i4 - Not clear as an indicator what is expected to participate and or collaborate in the evaluation of the zoning?	Incluídos os termos "participar e ou colaborar" no indicador
P1	P1.C2.i1	Alteração	P1C2i1 - Support the identification of etc	A premissa do Padrão visa o engajamento de diferentes atores do território. Este indicador visa comprometer o usuário do Padrão com a identificação e priorização de outros atores do território.
P1	P1.C2.i2	Exclusão	P1C2i2, this is the evidence that would show compliance with the first indicator and thus duplicates it	O indicar faz referência a uma evidência de ação de engajamento de outros atores.
P1	P1.C3.i4	Alteração	P1 C3i4, this and some of the other indicators on financial disclosure may exclude some powerful actors. I don't disagree with the indicator but need to be aware of the possible implications.	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P1	P1.C4.i4	Alteração	P1C4i4 -sorry I don't understand what this refers to - I assume is translation of a term in Portuguese that would be understood.	Definição de materialidade será incluída no glossário
P1	P1.C1.i3	Alteração	P1.C1.i3 Participação na elaboração de instrumento de Gestão Territorial Regional.	O texto proposto já está contemplado no Padrão no P1.C1.i1, Aliança Territorial.
P1	P1.C1.i4	Alteração	P1.C1.i4 Avaliação e participação da implementação de instrumento de Gestão Territorial Regional.	Não podemos eliminar a avaliação do "zoneamento ecológico e econômico do território ou instrumento correspondente ", pois o Padrão considera as iniciativas já instaladas no território.
P1	P1.C2	Inclusão	Promover reuniões, oficinas de trabalho, dias de campo a partir de temas de interesse dos atores, de forma a permitir a adesão à mecanismos de gestão territorial por atores locais e regionais.	Incluído como verificadores do P1.C2.i2, no documento de referência que será elaborado.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 14 de 29

P1	P1.C2	Inclusão	Estabelecer mecanismos de participação na elaboração, implementação e monitoramento de atores locais e regionais nos instrumentos de gestão territorial.	Temas sugeridos já estão contemplados no P1.C1 e no P1C2.
P1	P1.C3	Inclusão	Processo de gestão territorial nas suas diferentes etapas (planejamento, implantação e monitoramento) transparente e disponível em plataforma web, bem como os diferentes atores envolvidos.	A comunicação transparente da Gestão Territorial Sustentável é abordada no P8.C6
P1	P1.C3	Inclusão	Ter mecanismos de comunicação interna e externa claros e operantes.	A comunicação transparente da Gestão Territorial Sustentável é abordada no P1.C4.i6.
P1	P1.C4	Inclusão	Ter plataforma web com as principais características do território, que permita espacializar as ações planejadas, implantadas e monitoradas de gestão territorial e localizar os diferentes atores envolvidos e não envolvidos no processo.	Temas sugeridos já são contemplados no P8.C5 e P8.C6 e o um software de gestão territorial está em desenvolvimento.
P1	P1.C4.i4	Alteração	Não me parece claro, este indicador. 'Materialidades' não consta do glossário.	Definição de materialidade será incluída no glossário
P1	P1.C1.i4	Alteração	Alteração - P1.C1.i4 - Avaliação do zoneamento ecológico e econômico do território e demais instrumentos de planejamento	Não há diferença significativa desta sugestão para o P1.C1.i4 atual; o atual texto aborda o termo "ou instrumento correspondente".
P1	P1.C3.i5	Alteração	Alteração - P1.C3.i5 - Mecanismos e processos que visam identificar, coibir e punir as práticas de corrupção e demais posturas questionáveis.	Complemento sugerido pode gerar diferentes interpretações e desfocar o objetivo do indicador.
P2	P2	Alteração	Nenhuma colaboração adicional aos itens arrolados. E que deveriam ser o cerne fundamental desta proposta, limitando-se ao atendimento das premissas de conservação, já complexas e de difícil tratamento, mesmo se tratadas isoladamente.	Comentário sem aplicação direta para o aprimoramento do Padrão na atual etapa de validação.
P2	P2.C1.i3	Alteração	Implementação e apoio as ações já existentes para conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.	O Padrão considera a criação de novas ações.
P2	P2.C3.i3	Alteração	Incentivar e Implementar ações para recuperação dos corredores de biodiversidade na sua área de influência, incluindo sistemas de transposição em cursos d'água em locais considerados adequados após estudos prévios baseados em critérios científicos.	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 15 de 29

P2	P2.C6	Inclusão	O tema “mudanças climáticas” pode estar inserido no contexto desta certificação sempre que houver uma relação direta com as ações de conservação/restauração de ecossistemas. Outras modalidades sendo incorporadas abrem o leque em demasiado.	Comentário sem aplicação direta para o aprimoramento do Padrão na atual etapa de validação.
P2	P2.C7	Inclusão	Sem considerações adicionais, com bastante consonância às requisições convencionais da certificação LIFE já aplicadas para os casos avaliados.	Comentário sem aplicação direta para o aprimoramento do Padrão na atual etapa de validação.
P2	P2.C1	Inclusão	Gostei muito da forma com os termos taxonômicos foram empregados. Parabéns! Em relação aos indicadores de SE, pergunto, e caso tenha sido discutido e deliberado, ok. Foi feita uma classificação e descrito na metodologia do padrão, sobre quais SR serão priorizados? Sugiro que seja esta prioridade: Provisão > Regulação > Suporte > Culturais Justificativa: poderá haver sobreposições e conflitos de interesse nas diversas iniciativas da organização, visando a conformidade.	Ainda não foi realizada uma metodologia de priorização dos serviços ecossistêmicos. No entanto, a sugestão será considerada em caso de definição de uma metodologia de priorização.
P2	P2.C1	Inclusão	P.2. Novos indicadores sugeridos: Ações para favorecer a coleta e o armazenamento de sementes de espécies nativas / bancos de germoplasma.	O Padrão já aborda indiretamente estas ações nos indicadores P2.C1.i2 e P2.C1.i4
P2	P2.C1.i1	Alteração	P2.C1.i1. Me parece ser importante incluir levantamento e avaliação da biodiversidade neste item, pois os demais itens dependem desta avaliação.	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P2	P2.C1	Inclusão	Neste contexto de espécies e serviços ecossistêmicos, pode ser relevante incluir algo 'ação de manejo e uso sustentável de espécies cinegéticas....ou de uso pelas comunidades locais.	Incluído como verificador no indicador.
P2	P2.C2	Alteração	Acho que o texto está ok, mas estamos pensando aqui como áreas protegidas apenas Uns? ou inclui áreas indígenas, quilombolas, áreas militares. Se sim, o texto precisa ser englobar os instrumentos de gestão dessas áreas que não são necessariamente planos de manejo.	Foi incluído no glossário a definição de áreas prioritárias.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 16 de 29

P2	P2.C3.i3	Alteração	P2.C3.i3. Acho que o conceito aqui é restauração. Eu também usaria a ideia de rede de conectividade e não apenas corredores. Alinhar o uso de conceitos com o documento da IUCN Guidelines for conserving connectivity through ecological networks and corridors	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P2	P2.C5	Alteração	Achei que os indicadores este critério estão sobrepostos e também alguns me parecem mais ações dentro de um projeto maior do que indicadores (exemplo os 2 primeiros). Além disso, acho que deveria ter indicadores mais concretos: como plano de gestão da bacia que envolve manejo do solo e boas práticas agrícolas... Não sou da área, mas acho que o conjunto precisa ser repensado.	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P2	P2.C1.i8	Inclusão	P2.C1.i8 Mecanismos de compatibilización de acciones de promoción de conservación de la biodiversidad y servicios ecosistémicos con la zonificación de usos del suelo.	Os temas estão inseridos em diferentes indicadores.
P2	P2.C2.i1	Alteração	Cambiar P2.C2.i1 - Identificación y delimitación de áreas prioritarias de conservación y preservación, a escala regional y local.	O tema já está sendo tratado dentro do Padrão.
P2	P2.C2.i2	Alteração	Cambiar P2.C2.i2 - Plan de creación, implementación, conservación y preservación de áreas protegidas y otras áreas prioritarias a partir de criterios preestablecidos y consensuados.	O tema será tratado a nível de Comitê Territorial.
P2	P2.C2.i3	Alteração	P2.C2.i3 - Plan de manejo de áreas protegidas vinculado al Plan de Ordenamiento Territorial: criterios de elaboración, forma de implementación y tipo de monitoreo.	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P2	P2.C5.i2	Alteração	Cambiar P2.C5.i2 - Identificación y cartografía de suelos y cuencas hidrográficas partir de criterios uniformes de conservación compartidos por las diferentes jurisdicciones.	O Padrão visa a aplicação de indicadores por uma organização usuária. As responsabilidades compartilhadas serão tratadas pelo Comitê Territorial.
P2	P2.C6.i2	Alteração	Cambiar P2.C6.i2 - Evaluación de la vulnerabilidad de los ecosistemas y las consecuencias para las poblaciones humanas. Identificación de áreas afectadas.	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P2	P2.C6.i3	Alteração	Cambiar P2.C6.i3 - Acciones de mitigación, reducción y / o compensación frente a amenazas naturales en las áreas identificadas.	O Padrão visa a aplicação de indicadores por uma organização usuária.
P2	P2.C7.i1	Alteração	Cambiar P2.C7.i1 - Cuantificación o medición del consumo de agua y energía; generación, disposición y tratamiento de residuos sólidos y líquidos; y ocupación de tierras.	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 17 de 29

P2	P2.C7.i2	Alteração	Cambiar P2.C7.i2 - Cálculo de la huella ecológica.	O tema foi incluído como verificador do P2.C7.i2.
P2	P2.C7.i5	Alteração	Cambiar P2.C7.i5 - Medición y seguimiento de impactos de la actividad principal de la organización en los servicios ecosistémicos identificados.	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P2	P2.C7.i8	Alteração	P2.C7.i8 - Plan de prevención, control, combate y seguimiento de amenazas naturales y antrópicas tales como incendios, avalanchas, aluviones.	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P2	P2.C2.i3	Alteração	Alteração P2.C2.i3: Apoio à elaboração e implementação do(s) plano(s) de manejo das áreas protegidas existentes no território	O plano de manejo deve ser elaborado e implementado.
P2	P2.C4.i3	Alteração	P2.C4.i3 acrescentaria também: adjacentes	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P2	P2.C1.i7	Alteração	P2C1i7, this would depend on the organization as to whether this was within their capability. Perhaps can be included under 'resources'? or made option 'if possible'?	Investimentos em conservação são de extrema importância para a gestão territorial sustentável.
P2	P2.C1	Inclusão	Sistema de monitoramento com metodologia transparente e resultados amplamente divulgado sobre a evolução da conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.	Os indicadores P2.C1.i2 e i3, P8.C6.i1 tratam do monitoramento de resultados.
P2	P2.C2	Inclusão	Programa de incentivo a criação de Áreas Protegidas Privadas.	O Padrão não faz distinção entre área protegidas privadas ou públicas.
P2	P2.C2	Inclusão	Instrumentos de captação de recursos financeiros e humanos para a gestão de áreas protegidas.	O tema já está incluído no P2.C1.
P2	P2.C2	Inclusão	Mecanismos de articulação entre o setor público, privado, proprietários de terras e terceiro setor para a criação, implementação, conservação e preservação de áreas protegidas e outras áreas prioritárias.	O tema será tratado a nível de Comitê Territorial.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 18 de 29

P2	P2.C4.i1	Alteração e Exclusão	P2.C4.i1 – Identificação e mapeamento de áreas prioritárias para restauração ecológica e recuperação ambiental (ambientes campestres e florestais), levando em consideração a conectividade entre os ambientes naturais e a manutenção dos serviços ecossistêmicos identificadas no estudo de paisagem. P2.C4.i2 - unificada no item anterior.	Consideramos importante manter os Indicadores separados pois oferecem a possibilidade de atendimento destes em estágios de maturidade da organização.
P2	P2.C5	Alteração e Exclusão	P2.C5.i2 – Identificação e mapeamento de solos, áreas mais suscetíveis a erosão e bacias hidrográficas do território. P2.C5.i1 - unificada com a i2.	O Padrão visa a aplicação de indicadores por uma organização usuária. As responsabilidades compartilhadas serão tratadas pelo Comitê Territorial.
P2	P2.C6.i3	Alteração	P2.C6.i3 – Programa de implementação e monitoramento de ações de mitigação, redução e/ou compensação das emissões de gases de efeito estufa da organização.	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P2	P2.C7	Inclusão	Avaliação e espacialização de ameaças à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos em sua área de influência no território.	O indicador P2.C7.i8 já contempla o tema.
P2	P2.C7	Inclusão	Ações de prevenção, monitoramento e combate as atividades ilegais que ameaçam espécies nativas (pressão de caça, extração ilegal de recursos naturais).	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P2	P2.C1.i1	Alteração	Caracterização/Tipificação dos serviços ecossistêmicos da área de influência. (um indicador seria talvez a existência de levantamentos e não o levantamento em si dos serviços...)	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P2	P2.C2.i1	Alteração	Identificação e mapeamento de áreas prioritárias para conservação e preservação, em escala regional e local no território, incluindo áreas marinhas junto à costa	O Padrão contempla esse item de forma mais abrangente.
P2	P2.C4.i1	Alteração	Identificação e mapeamento de áreas prioritárias para restauração ecológica e recuperação ambiental, incluindo áreas prioritárias de proteção urbana (risco de deslizamentos, cheias rápidas).	O Padrão contempla esse item de forma mais abrangente.
P2	P2.C1.i6	Alteração	Alteração - P2C1.i6 - Recursos direcionados para a conservação da biodiversidade, serviços ecossistêmicos e fiscalização ambiental.	Entende-se que a fiscalização seja responsabilidade do poder público e este poderá ser aplicado por organizações públicas e privada.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 19 de 29

P2	P2.C1.i8	Inclusão	P2.C1.i8 - Ênfase nos investimentos em educação ambiental e sustentabilidade, para a população da área de incidência, objetivando o reconhecimento e compreensão da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos locais.	O tema da educação para a sustentabilidade é abordado no Padrão no P5.C3.i1 P5.C3.i2
P2	P2.C4.i4	Inclusão	P2C4i4 - Ações educativas correlatas e convergentes a restauração e enriquecimento ambiental de ecossistemas, para todos os envolvidos por meio da formação, informação e troca de saberes.	O tema da educação para a sustentabilidade é abordado no Padrão no P5.C3.i1 P5.C3.i2
P2	P2.C7.i12	Inclusão	P2.C7.i12 - Implantação gradativa de programas voltados à educação para a sustentabilidade.	O tema da educação para a sustentabilidade é abordado no Padrão no P5.C3.i1 P5.C3.i2
P2	P2.C7	Inclusão	I don't know if it comes later but a critery on raising public awareness and education is essential to advance the subject	O tema da educação para a sustentabilidade é abordado no Padrão no P5.C3.i1 P5.C3.i2
P3	P3.C1.i2	Alteração	Desenvolvimento e/ou oferta de produto/serviço voltado para a base da pirâmide socioeconômica. Justificativa: apenas complementar o termo 'pirâmide'. Me parece mais adequado o termo 'pirâmide socioeconômica'.	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P3	P3.C6.i2	Alteração	Ação que combata qualquer tipo de discriminação na organização, considerando a igualdade de gênero, racial e a diversidade cultural e religiosa como medida de promoção da equidade no trabalho. Justificativa: considerando que temos diversas crenças religiosas, inclusive o ateísmo, me parece interessante incluir a diversidade religiosa. Além disso, temos observado diversos tipos de discriminação e intolerância religiosa.	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P3	P3.C3.i1	Alteração	Apoiar ações que visam o desenvolvimento socioeconômico humano e promoção/reconhecimento da mão de obra local	A sugestão é inconsistente, pois o P3.C3 refere-se aos temas trabalho descente não ao reconhecimento da mão de obra local. Há outros indicadores do Padrão que já tratam desse tema. P3.C3 e P3.C3.i1.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 20 de 29

P3	P3	Alteração	Reiterando a opinião aportada inicialmente, sou contrário a abertura de variáveis extras, não em relação a sua relevância, mas sobretudo pela dificuldade e dispersão provocadas dentro de meu ponto de vista. Além de gerarem uma descaracterização da importância maior do tema conservação da biodiversidade, novamente sem abrir discussão sobre o grau de relevância de outros temas.	Comentário sem aplicação direta para o aprimoramento do Padrão na atual etapa de validação.
P3	P3.C2.i1	Alteração	Cambiar P3.C2.i1 - Programa de seguridad alimentaria con proyectos sociales y económicos para pequeñas y medianas empresas.	A sugestão é inconsistente, pois o critério refere-se ao papel/compromisso da organização em implementar programas que garantam a segurança alimentar e nutricional dos indivíduos na sua área de influência, e não implementar projetos com foco em pequenas e médias empresas.
P3	P3.C5.i4	Inclusão	P3.C5.i4 Accesibilidad territorial a equipamientos de salud primaria para la población dispersa	Incluído como verificador do P3.C5.i3.
P3	P3.C6.i5	Inclusão	P3.C6.i5: Espacios de participación para grupos minoritarios y acceso a información pública	Estes temas já foram cobertos em outros critérios do Padrão.
P3	P3.C7.i2	Inclusão	P3.C7.i2. Evidencia de acciones tendiente a procurar el acceso a un hábitat adecuado para toda la población.	Optou-se no P3.C7.i1 deixar amplo o suficiente para a organização reportar as práticas de direitos humanos. Essa decisão técnica foi baseada no fato de que a declaração internacional dos direitos humanos é abrangente e os temas são cobertos em diversos P&C do Padrão. Além disso, o tema hábitat adequado é muito genérico para incluir como indicador de um critério focado em direitos humanos.
P3	P3.C7.i3	Inclusão	P3.C7.i3. Evidencia de acciones para facilitar el acceso a servicios básicos de educación y salud.	P5.C1-C3 já tratam o tema acesso à educação básica e P3.C5 é focado em acesso a serviços de saúde.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 21 de 29

P3	P3.C7.i4	Inclusão	P3.C7.i4. Evidencia de acciones que promuevan la seguridad social, económica y ambiental de las personas.	Sugestão de indicador genérico e muito abrangente para medir aderência aos direitos humanos. Garantir a segurança social, econômica e ambiental pode ser considerado algo intangível para uma organização pelo alto nível de abstração do conceito.
P3	P3.C4	Inclusão	Ações para valoração das cadeias produtivas locais, incluindo extensão rural, agregação de valor aos produtos e comercialização.	São temas de responsabilidade do grupo de trabalho Econômico e já cobertos em outros indicadores.
P4	P4.C3.i3	Alteração	Incentivar às cadeias produtivas de artes/artesinato e expressões artísticas culturais como apoiar costumes (danças, comidas e festividades) de povos tradicionais.	Incluídos como verificadores para o P4.C3.i3
P4	P4	Alteração	O tema tem alguma convergência e relação com a conservação da biodiversidade e as estratégias envolvendo a gestão de diferentes territórios. Deveríamos apenas manter os itens relacionados mais diretamente com esta aproximação.	O tema cultura na Gestão Territorial Sustentável é mais abrangente, não se limita a conservação da biodiversidade.
P4	P4.C3.i2	Alteração	P4.C3.i2 – Estratégia de desenvolvimento do turismo urbano, natural/rural, litorâneo ou cultural de acordo com a tipologia do Ministério do Turismo, conforme a vocação da sua localidade regional.	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P4	P4.C2.i4	Inclusão	P4.C2.i4 Normativas de zonificación para preservar la identidad del territorio (códigos urbanos y de edificación)	A preservação e a identificação da identidade do território está presente em outros critérios e indicadores do P4.
P4	P4.C3.i4	Inclusão	P4.C3.i4 Incentivo al desarrollo a circuitos turísticos que involucren el turismo rural de naturaleza, agroecológico, religioso, tradicional y cultural, según vocación regional.	Tema já contemplado no P4.C3.i2.
P4	P4.C6.i1	Alteração	P4.C6.i1 - acrescentar 'tradicionais locais' além dos povos indígenas	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P4	P4.C6	Inclusão	Mapear territórios dos povos indígenas e tradicionais.	Incluído como verificador no P4.C6.i2

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 22 de 29

P5	P5.C3.i1	Alteração	Programa de educação ambiental sobre a relação sociedade-natureza, educação integrada da saúde, consumo consciente na sua área de influência. Justificativa: o uso do termo 'homem' reforça a ideologia patriarcal e individualista. Na verdade, o que temos é a relação sociedade-natureza, uma vez que os seres humanos são seres sociais e coletivos.	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P5	P5.C4.i3	Inclusão	Apoio a projetos de pesquisa e de extensão em instituições de ensino superior e institutos tecnológicos.	Alteração do texto do P5.C4.i1.
P5	P5.C4.i4	Inclusão	Evidência de parceria com instituições de ensino superior e institutos tecnológicos para fomentar pesquisa e extensão em sua área de influência.	Este conteúdo já faz parte do indicador 1.
P5	P5.C5.i4	Alteração	Promoção da formação técnica visando à permanência do trabalhador na área rural.	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P5	P5.C4.i2	Alteração	Alteração P5.C4.i2 - Evidência de transferência de conhecimento científico e/ou tecnológico de projetos desenvolvidos pela organização que auxiliam no desenvolvimento territorial.	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P5	P5.C5	Inclusão	Desenvolvimento e/ou apoio a programas de educação ao longo da vida, sem distinção de faixa etária, que promovam a valorização de princípios éticos, a capacidade de análise e capacidade crítica e os fundamentos humanísticos de forma a fortalecer a resiliência e a coesão social; em consonância com os programas de Humanidades em desenvolvimento e/ou apoiados pela UNESCO.	Elementos dessa recomendação já estão contemplados no P5.C2, P5.C5.
P5	P5	Alteração	Seara complexa, com muitos outros grupos atuando e sem necessidade a meu ver de uma interferência de uma nova ferramenta. Além de poder se transformar no ícone a ser atendido frente as demais necessidades, especialmente a conservação da biodiversidade, historicamente relegada pela sociedade frente a outros temas 'mais relevantes'.	Comentário sem aplicação direta para o aprimoramento do Padrão na atual etapa de validação.
P5	P5.C1.i1	Inclusão	Promovendo ações de integração das crianças aos equipamentos públicos da cidade, acesso a natureza e a construção de senso de pertencimento da criança à região onde está.	Sugestão muito abrangente, de difícil operacionalização e não aderente ao P5.C1.i1 que se refere ao acesso e a permanência de crianças e jovens na educação formal.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 23 de 29

P5	P5.C2.i2	Alteração	Promovendo ações de integração das crianças com a natureza ao seu redor	Sugestão foge do princípio de educação.
P5	P5.C2.i3	Inclusão	P5.C2.i3 Inclusión en el sistema educativo público de diseños curriculares que respondan a la demanda del territorio para evitar la migración campo-ciudad.	Trata-se de uma recomendação que é papel do gestor da política pública de educação em diferentes níveis, dependendo do país.
P5	P5.C2.i1	Inclusão	P5.C2.i3 Desarrollo de programas de educación ambiental que incluyan trabajos de campo para ampliar el conocimiento sobre la realidad de los territorios.	Incluído como verificador P5.C3.i1.
P5	P5.C4.i3	Inclusão	P5.C4.i3. Desarrollo de proyectos de investigación-acción con participación de actores sociales para generar transferencias efectivas de conocimiento científico y valorar saberes populares.	Incluído como verificador do P5.C4.i1
P5	P5.C5.i5	Inclusão	P5.C5.i5 Programas de formación técnica y educación continua adaptados a requerimiento de la oferta de trabajo local.	Tema tratado no indicador P5.C5.i2.
P5	P5.C2	Inclusão	Apoiar ações que viabilizam o acesso a recursos educacionais via web.	Incluído como verificador do P5.C2.i1
P5	P5.C2.i3	Inclusão	P5.C2.i3 - Apoio para que as escolas possam promover educação para a cidadania, legislação, saúde, finanças pessoais e outros assuntos que contribuam com o desenvolvimento pessoal e de grupos.	Inclusão como verificador do P5.C2.i1.
P5	P5.C1.i4	Inclusão	P5.C1.i4 - Promover e incentivar a contextualização dos saberes em espaços de aprendizagem formais e não formais como forma de fortalecer os processos de ensino e aprendizagem, para ampliar a população inserida em ambientes educativos, que venham a contribuir para o desenvolvimento territorial onde estão inseridas.	O P5.C1 refere-se à promoção da universalização do acesso e da permanência de crianças, jovens e adultos na educação formal.
P6	P6.C3.i1	Inclusão	Proceso de compras que priorize a contratación de servicios e compra de productos biodegradables.	Tema tratado no indicador P6.C3.i2.
P6	P6.C4.i6	Inclusão	Incentivo para a adoção de procedimento para utilização de controle biológico de pragas e doenças agropecuárias.	Tema tratado no indicador P6.C4.i3 e i4.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 24 de 29

P6	P6.C5.i2	Alteração	Ação que incentive a utilização de princípios da bioeconomia e/ou da economia circular nos processos produtivos.	Tema tratado no indicador P6.C5.i2.
P6	P6.C1.i10	Alteração	Apoiar a implementação de planos de arborização e paisagismos urbanos definidos pelos órgãos governamentais locais	Tema tratado no indicador P6.C1.i10.
P6	P6.C2.i2	Alteração	Apoiar e incentivar a criação de comitês locais que promovam a discussão sobre defesa do meio ambiente	O tema já está sendo tratado no Comitê Territorial.
P6	P6	Alteração	Novamente abre-se espaço para ações coadjuvantes ou que são decorrência de um território bem conservado - suprimento de água, por exemplo. A conotação aberta dessa proposta é desafiadora e claramente tende a permitir a diminuição crítica da relevância do tema voltado mais estritamente à conservação da biodiversidade.	Comentário sem aplicação direta para o aprimoramento do Padrão na atual etapa de validação.
P6	P6.C5	Inclusão	Considerar AbE coaduna com uma avaliação mais focada. Mas não no caso de outras tecnologias em geral, que hoje são as que preponderam sumamente, quando ocorrem, como meios de 'atingir a 'sustentabilidade'.	Comentário sem aplicação direta para o aprimoramento do Padrão na atual etapa de validação.
P6	P6.C6.i3	Inclusão	P6.C6.i3 - Incentivar a implementação da logística reversa nas organizações.	Este tema já está inserido nos seguintes indicadores P2.C7.i4 e P6.C5.i2
P6	P6.C2	Inclusão	Estímulo e apoio ao manejo florestal sustentável em remanescentes de vegetação cuja legislação local o permita, na área de influência.	Inclusão como verificador do P6.C2.i3.
P6	P6.C2	Inclusão	Fomento para a criação e instalação de viveiros de produção de mudas florestais.	Inclusão como verificador do P6.C2.i3.
P6	P6.C2	Inclusão	Fomento para pesquisa e desenvolvimento com PFNM; óleos, essências, artesanato, etc.	Tema tratado no indicador P6.C3.i3, P6.C3.i4, P6.C3.i5
P6	P6.C3	Inclusão	Ações de estímulo ao Cooperativismo.	Tema tratado no indicador P6.C3.i6.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 25 de 29

P6	P6.C3	Inclusão	Ações de estímulo à agricultura familiar.	Tema tratado no indicador P6.C3.i3, P6C1.i7.
P6	P6.C5	Inclusão	Ações para o monitoramento climático por meio de índices de risco ambiental.	Tema tratado no indicador P2.C6.i3
P6	P6.C2.i4	Inclusão	P6.C2.i4 Identificación de la vocación territorial para el desarrollo productivo.	Tema tratado no indicador P6.C2.i1.
P6	P6.C3.i10	Inclusão	P6.C3.i10. Acción para promover el desarrollo de cadenas de valor sostenibles articulando el accionar de las grandes empresas con los productores locales según vocación económica del territorio.	Tema tratado no indicador P6.C3.i1, P6.C3.i2, P6.C3.i3 e P6.C3.i6.
P6	P6.C4.i6	Inclusão	P6.C4.i6. Relevamiento de zonas y delimitación de áreas de influencia afectadas por contaminación por uso de plaguicidas / agroquímicos en diferentes cultivos.	Tema tratado no indicador P6.C4.i1.
P6	P6.C1.i1	Alteração	P6.C1.i1 - incentivar infraestruturas SbN (Soluções baseadas na Natureza)	Tema tratado no indicador P6.C5.i4.
P6	P6.C1.i6	Alteração	P6.C1.i6 - citar como exemplos os SAFs (Sistemas Agroflorestais)	Inclusão como verificador P6.C1.i6.
P6	P6.C2	Inclusão	Estratégias que levem em consideração a aptidão agrícola e melhoria de produtividade do território.	Tema tratado no indicador P6.C2.i1 e P6.C1.i6.
P6	P6.C4	Inclusão	Incentivo a ações que utilizem como princípio a agroecologia e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.	Tema tratado no indicador P6.C3.i3 e P8.C1i23.
P6	P6.C1.i6	Alteração	alteração - P6.C1.i6 - Investimento em infraestrutura e tecnologias agrícolas de menor impacto ao meio ambiente. (Comentário: aumentar capacidade de produção de alimentos com foco em quantidade e qualidade já existe e ocorre em grande escala)	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P6	P6.C1.i7	Exclusão	Exclusão - P6.C1.i7 - tem algum indicador que essa ação é mais sustentável?	O fortalecimento da agricultura urbana e peri-urbana são essenciais para a garantia da segurança alimentar em médio e longo prazo.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 26 de 29

P6	P6.C2.i3	Alteração	Alteração - P6.C2.i3 - Iniciativa que promova o uso sustentável de espécies nativas e não ameaçadas do território, nos casos em que a organização utilize estes recursos economicamente.	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P7	P7.C3.i1	Alteração	Valoração monetária para os principais recursos naturais e serviços ecossistêmicos utilizados pela organização.	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P7	P7	Alteração	Esse tema se encaixa numa avaliação mais estrita voltada à conservação da biodiversidade e deve ser mantida sempre que se mantenha nesse escopo.	Comentário sem aplicação direta para o aprimoramento do Padrão na atual etapa de validação.
P7	P7.C1	Alteração	Talvez devêssemos usar a ideia de 'avaliação de cadeia de valores associadas aos recursos naturais do território'	O texto do Critério P7.C1 está de acordo com as etapas definidas no Natural Capital Protocol, considerada uma importante referência para o tema.
P7	P7.C1.i3	Inclusão	P7.C1.i3 - Estudo de capacidade de mudança dos negócios da região para uma economia restaurativa.	Inclusão como verificador no P6.C3.i6
P8	P8.C3.i10	Alteração	Número total de empregados por contrato de trabalho (permanentes e temporários), por gênero e raça.	A inclusão "raça" no indicador é controversa para muitas instituições e países. A raça é Humana. Como não há consenso e nem orientação em muitos países, este tema não será considerado.
P8	P8.C3.i11	Alteração	Número total de empregados por tipo de emprego (tempo integral ou período parcial), por gênero e raça.	A inclusão "raça" no indicador é controversa para muitas instituições e países. A raça é Humana. Como não há consenso e nem orientação em muitos países, este tema não será considerado.
P8	P8.C3.i12	Alteração	Proporção entre a remuneração total anual do empregado mais bem pago da organização e a remuneração total anual média de todos os empregados (excluindo-se o mais bem pago), total, por gênero e raça.	A inclusão "raça" no indicador é controversa para muitas instituições e países. A raça é Humana. Como não há consenso e nem orientação em muitos países, este tema não será considerado.
P8	P8.C5.i1	Alteração	Plano de avaliação dos resultados das ações mensurando todas as ações realizadas aos objetivos estabelecidos como monitoramento e cumprimento gradativo das ações apoiadas, implantadas e executadas.	O indicador já contempla a avaliação sugerida.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 27 de 29

P8	P8	Alteração	Manter o que estiver afeto diretamente ao tema da conservação da biodiversidade. A não ser que sejam insumos para medir o impacto (como faz a Certificação LIFE) para dar peso a ações voluntárias de conservação num determinado território. A mensuração das cinco variáveis estabelecidas na metodologia LIFE.	Comentário sem aplicação direta para o aprimoramento do Padrão na atual etapa de validação.
P8	P8.C1	Exclusão	P8.C1.i2 e P8.C1.i24: Sugiro a exclusão desses itens pois não estão claros e são de difícil operacionalização. Eu desconheço um único atende de pressão à biodiversidade... Acho que poderíamos pensar na adoção de indicadores amplamente usados para monitorar biodiversidade como os propostos pelo GeoBon. isto alinharia esta iniciativa com sistemas globais.	Indicador P8.C1.i2 – excluído. Indicador P8.C1.i24 relacionado ao Índice de Pressão à Biodiversidade (IPB), este pode ser mensurado por meio da implementação da Metodologia LIFE / Software LIFE Key. Para saber mais: https://institutolife.org/o-que-fazemos/desenvolvimento-de-metodologias/
P8	P8.C2	Inclusão	Incluir algum indicador que fale sobre o percentual do comércio local que venda produtos feitos na região para entender a diferença entre o que é produzido na região versus o que vem de fora (e que eventualmente, poderia ser produzido ou ter a produção fomentada na cidade).	A participação de empresas locais no desenvolvimento sustentável do território já esteja sendo abordado no Padrão no P3.C6.
P8	P8.C1.i15	Alteração	cambiar P8.C1.i15 - Uso del suelo según aptitud natural y por tipo de ocupación del área.	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P8	P8.C2.i8	Inclusão	P8.C2.i8 Porcentaje de participación de empresas locales en el desarrollo sostenible del territorio	A participação de empresas locais no desenvolvimento sustentável do território já esteja sendo abordado no Padrão no P3.C6.
P8	P8.C3.i13	Inclusão	P8.C3.i13. Cantidad de acciones que involucran derechos humanos	O tema de direitos humanos é considerado em vários indicadores do Padrão.
P8	P8.C3.i14	Inclusão	P8.C3.i14 Porcentaje de actividades que incentivan la participación social	O tema participação social é considerado em vários indicadores do Padrão.
P8	P8.C5.i3	Inclusão	P8.C5.i3. Evaluación de los resultados de las acciones realizadas por parte de la comunidad.	Este tema envolvimento das comunidades locais, atores, stakeholders está previsto em vários indicadores do Padrão.
P8	P8.C6.i1	Alteração	Cambiar P8.C6.i1 - Divulgación de informes / resúmenes públicos del software del sistema de gestión territorial sostenible a sus grupos de interés en un lenguaje claro y sencillo.	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 28 de 29

P8	P8.C1.i8	Alteração	P8.C1.i8 - em analogia ao desmatamento evitado, também se mostra interessante e possível a estimativa da sedimentação evitada, por meio de boas práticas agropecuárias e/ou restauração de áreas degradadas	Os comentários foram considerados na revisão do Padrão.
P8	P8.C1.i2	Exclusão	Exclusão - P8.C1.i2 – Não diz nada sobre biodiversidade apenas o número de sp identificadas.	Indicador excluído.
P8	P8.C1.i4	Exclusão	Exclusão - P8.C1.i4 – Taxas de cobertura vegetal natural por estágio sucessional - taxa muito volátil e com poucas ferramentas para monitorar.	Este Indicador possui significado diante da comparação do monitoramento anual/bienal, ou em médio e longo prazo da gestão do território como formas de medir a gestão.
P8	P8.C1.i15	Exclusão	Exclusão - P8.C1.i15 - não vejo que esse indicador pode responder algum questionamento.	Este Indicador possui significado diante da comparação do monitoramento anual/bienal, ou em médio e longo prazo da gestão do território como formas de medir a gestão.
P8	P8.C1.i21	Alteração	Alteração - P8.C1.i21 -Quais pesticidas utilizados que não são indicados pela WHO (volume utilizado por área é inviável e não traz nenhuma informação ao analisar o dado)	Este Indicador possui significado diante da comparação do monitoramento anual/bienal, ou em médio e longo prazo da gestão do território como formas de medir a gestão.
P8	P8.C1.i24	Exclusão	Exclusão - P8.C1.i24 - Índice de pressão à biodiversidade (não existe esse índice) e por ser estimado, é muito frágil.	O Indicador relacionado ao Índice de Pressão à Biodiversidade (IPB) existe e pode ser mensurado por meio da implementação da Metodologia LIFE
P8	P8.C1	Inclusão	Quantidade em ha de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos a partir de avaliações locais do território.	Tema tratado no indicador P2.C2.i1 e P2.C2.i2.
P8	P8.C2	Inclusão	Avaliação contínua das modificações do uso da terra do território.	Já existe no Padrão um indicador relacionado às modificações do uso da terra, P8.C1.i15. E além deste, há mais alguns indicadores que também abordam aspectos do uso do solo, tais como: P8.C1.i4, P8.C1.i5, P8.C1.i7 e P8.C1.i17.

	RELATÓRIO DA 2ª RODADA DA CONSULTA PÚBLICA	Emissão do Relatório: 15/06/2021
	PADRÃO INTERNACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E INDICADORES (Draft 02-0)	Página 29 de 29

P8	P8.C2	Inclusão	Avaliação contínua qualitativa e quantitativa dos serviços ecossistêmicos gerados pelas áreas naturais no território.	Já existe no Padrão um critério relacionado a este tema, P2.C7.
P8	P8.C1	Inclusão	Percentual de defaunação estimada (inclui aspectos relativos ao monitoramento populacional e do número de espécies de animais ao longo do tempo)	Tema tratado no indicador P2.C1.i4.
P8	P8.C1	Inclusão	Quantidade de espécies recuperadas (ações de reintrodução ou reforço populacional)	Tema tratado no indicador P2.C1.i2, P2.C1.i3 e P2.C1.i4.